



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE**

**ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DO
PARQUE PREVIDENCIA
(Biênio 2025/2027)**

Local: Rua Pedro Peccinini, 88 – Instituto Previdência – CEP: 05532-030 – São Paulo - SP

Data: 12/05/2026

Horário: 10:50 horas

PRESENTES:

CONSELHEIROS E SUPLENTE:

- 1-) Fabiola Pereira Lago – Titular-frequetadora
- 2-) Sirlene Bendazzoli – Titular-frequetadora
- 3-) Daniela de Andrade – Titular Frequetadora
- 4-) Délia Maria Marcondes Costa – Titular Frequetadora
- 5-) Claude Tsezanas – Titular-frequetador
- 6-) Analy Marques Ferreira – Titular-frequetadora
- 7-) Sandro José Maynardes Martins – Suplente -frequetador
- 8-) Amana de Andrade Gatti – Suplemnte-frequetadora
- 9-) José Jacinto Mosqueira Andrade – Titular AMAPAR

PODER PÚBLICO:

- 10-) Thaís Cardoso de Oliveira Carvalho – SVMA-Parque Previdência/Gestora
- 11-) Oswaldo Cera Filho – Umapaz Previdência
- 12-) Marcelo Seron – Umapaz Previdência
- 13-) Emília C.M. Tanaka – CECCO
- 14-) João Santos de Araujo – Titular- trabalhador
- 15-) Juliana Suma, Coordenadora de Gestão de Parques e Biodiversidade da SVMA

MORADORES E FREQUENTADORES:

- 16-) Aline Sasahara – AMAPAR/ moradora
- 17-) Milton Elis da Costa – frequetador
- 18-) Moacir Araujo – frequetador
- 19-) Christian Szhich – Conselheiro Parque Água Podre
- 20-) Sandra Regina Cavrallini – moradora
- 21-) Catarina – moradora
- 22-) Sergio Reze – AMAPAR/ morador
- 23-) Margarida L. Gonçalves – moradora
- 24-) Flora Cristina Bender – AMAPAR/ moradora
- 25-) Maria de Fátima Rocha – moradora
- 26-) Edgar Bromnerg Richter – AMPAR/ morador
- 27-) Ernesto Kenshi Carvalho Maeda – CPM, BR, RAB, NRN
- 28-) Thomás Ferreira Jensen – AMAPAR/morador
- 29-) Maria Isabel Taioli – AMAPAR/ moradora
- 30-) Fábio Taioli – AMAPAR/ morador
- 31-) Juarez A.S Fernandes – ASAJAR Rolinópolis
- 32-) Marchina – moradora
- 33-) Ana Paula Freitas de Andrade – moradora
- 34-) Pilar Castro Samanon – moradora
- 34-) Marília Paiva – moradora



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE**

36-) Emerson F. Martins – AMAPAR/ morador

DÉCIMA ATA DE REUNIÃO – CONSELHO GESTOR DO PARQUE PREVIDÊNCIA

Aos doze dias do mês de maio de 2026, realizou-se reunião do Conselho Gestor do Parque Previdência, com a presença de conselheiros, moradores, frequentadores do parque e representantes da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, para discussão acerca do projeto denominado “Polos Gastronômicos” e da possível implantação de pontos de alimentação nos parques municipais.

A reunião iniciou-se com a apresentação da Sra. Juliana Suma, Coordenadora de Gestão de Parques e Biodiversidade da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, responsável pela gestão dos parques municipais. A representante informou que o projeto dos chamados “Polos Gastronômicos” partiu de demanda interna da própria Secretaria e não de imposição externa ou decisão superior de governo. Declarou ainda que a própria Secretaria considera o nome “Polos Gastronômicos” inadequado e infeliz, pois induziria a uma interpretação equivocada do projeto.

Segundo a representante, a proposta surgiu a partir de estudos realizados em parceria com a ONU Habitat ao longo de aproximadamente três anos, bem como de demandas observadas em reuniões de conselhos gestores e relatos de frequentadores de parques. Explicou que o objetivo seria regulamentar pontos de alimentação já existentes informalmente em alguns parques, criando regras de funcionamento e fiscalização. Destacou que não existe intenção de transformar os parques em centros comerciais, tampouco implantar grandes estruturas gastronômicas ou múltiplos restaurantes em todos os parques da cidade.

A representante esclareceu ainda que o Parque Ibirapuera serviu como referência de situações que não desejam repetir em outros parques municipais, afirmando que cada parque possui características próprias e que qualquer implantação seria analisada individualmente. Informou também que alguns locais já possuíam projetos antigos de restaurantes aprovados, como nos parques Aclimação e Independência, mas que isso não significaria implantação automática em todos os parques.

Na sequência, Juliana Suma afirmou que não existe previsão de privatização ou concessão de novos parques nesta gestão municipal. Declarou que parques menores não possuem viabilidade econômica suficiente para concessões privadas e que os pontos de alimentação seriam estruturados por meio de Termos de Permissão de Uso (TPUs), semelhantes aos já utilizados pelas subprefeituras para atividades comerciais em espaços públicos. Informou ainda que a intenção seria reverter parte dos recursos arrecadados diretamente para melhorias rápidas nos parques, como manutenção de banheiros e pequenas obras.

Após as explicações da representante da Secretaria, foi aberta a palavra aos conselheiros do Parque Previdência.

A conselheira Sirlene manifestou forte insatisfação com a forma como o processo foi conduzido, afirmando que os conselhos gestores não foram consultados previamente e que a comunidade frequentadora do parque desconhecia completamente o projeto. Declarou que nunca teve acesso à pesquisa mencionada pela Secretaria e que os usuários do parque jamais foram efetivamente ouvidos sobre a implantação de pontos gastronômicos. Criticou ainda o fato de a Prefeitura alegar necessidade de arrecadação privada para manutenção básica dos



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE**

parques, ressaltando que a administração pública possui obrigação legal de cuidar e manter as áreas verdes da cidade.

Silene afirmou que os frequentadores do Parque Previdência valorizam justamente o sossego, a natureza e a possibilidade de convivência gratuita no espaço, destacando que as pessoas frequentam o parque para piqueniques, descanso e contato com a natureza, não havendo demanda da comunidade por estruturas gastronômicas. Solicitou ainda acesso aos estudos realizados pela Prefeitura e reforçou que o Conselho deseja participação efetiva em qualquer discussão futura relacionada ao parque.

O conselheiro José Jacinto apresentou um relato histórico detalhado sobre a criação do Parque Previdência, lembrando a mobilização comunitária iniciada em 1979 para impedir construções imobiliárias no local e garantir a transformação da área em parque público. Explicou que moradores históricos e associações do bairro lutaram pela preservação do espaço e que o parque possui forte valor afetivo e comunitário para a população da região.

Jacinto destacou que o parque é amplamente utilizado por famílias, crianças, idosos e moradores de diferentes classes sociais para lazer gratuito, piqueniques e convivência comunitária. Relatou que já existe há muitos anos um carrinho de pipoca funcionando do lado de fora do parque, atendendo a eventual demanda existente, e afirmou não enxergar necessidade de instalação de novos pontos comerciais internos. Também criticou o fato de demandas antigas e básicas do parque permanecerem sem solução, como manutenção de banheiros, acessibilidade e reposição de areia nos tanques infantis, enquanto a Prefeitura propõe novos projetos comerciais.

A conselheira Fabiola iniciou sua fala criticando a baixa divulgação da consulta pública e classificando o processo como antidemocrático. Declarou que a população não foi efetivamente consultada e que práticas semelhantes vêm ocorrendo em outras discussões urbanísticas da cidade, enfraquecendo os espaços de participação popular.

Fabiola ressaltou que o Parque Previdência necessita prioritariamente de investimentos públicos básicos, como melhorias de acessibilidade, manutenção de estruturas existentes e aumento do quadro de funcionários da Secretaria para fiscalização e conservação. Questionou a lógica de depender da arrecadação de permissionários para custear manutenções simples, afirmando que a Prefeitura possui orçamento suficiente para essas ações. Também manifestou preocupação sobre a capacidade da administração municipal de fiscalizar adequadamente futuros permissionários e garantir cumprimento das obrigações ambientais e sanitárias.

Na sequência, a conselheira Dani manifestou preocupação com os impactos ambientais e sociais da proposta no Parque Previdência. Ressaltou que o parque possui áreas preservadas de Mata Atlântica e abriga diversas espécies animais, incluindo jacus, tucanos, corujas, saruês e outros animais silvestres que utilizam o parque como habitat. Alertou que o aumento de circulação de pessoas, ruídos, iluminação, resíduos e atividades comerciais pode gerar impactos negativos significativos sobre a fauna e flora local.

Dani também destacou o perfil social do parque, afirmando que muitas famílias utilizam o espaço para piqueniques, aniversários e atividades gratuitas justamente por não terem condições financeiras de frequentar espaços privados. Declarou preocupação de que a implantação de estruturas comerciais transforme o perfil do parque e afaste parte da população frequentadora tradicional. Acrescentou ainda que considera a proposta uma forma de privatização disfarçada da gestão pública dos parques municipais.



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE**

A conselheira Délia relatou preocupação com os riscos sanitários relacionados à manipulação de alimentos dentro do parque, destacando problemas relacionados ao descarte de lixo, proliferação de ratos, controle sanitário e responsabilidade em casos de intoxicação alimentar. Questionou quem seria responsável pela fiscalização das condições de higiene e pelo gerenciamento dos resíduos produzidos pelos permissionários.

Délia também relatou reclamações quanto à alteração do horário da reunião e falhas de comunicação entre Secretaria, administração do parque e conselheiros, fato considerado desrespeitoso pelos participantes.

Após as manifestações dos conselheiros do Parque Previdência, a palavra foi aberta aos moradores, frequentadores e demais participantes presentes, para que pudessem expor suas opiniões, preocupações, posicionamentos e contribuições acerca da proposta apresentada.

A moradora Aline, frequentadora histórica do bairro e integrante do primeiro Conselho Gestor do Parque Previdência, relatou a trajetória de mobilização comunitária pela preservação do parque e destacou que o bairro possui tradição histórica de organização popular e defesa ambiental. Ressaltou que o parque sempre foi concebido como espaço de convivência tranquila, contato com a natureza e preservação ambiental, e declarou que a população local não deseja mudanças que descaracterizem essa função. Criticou ainda o modelo de consulta pública adotado pela Prefeitura e afirmou que a comunidade se sente constantemente desrespeitada em diversos processos urbanos recentes.

O participante Cristian destacou problemas técnicos e conceituais do projeto, afirmando que os estudos econômicos apresentados não condizem com a realidade de parques menores como o Previdência. Questionou a viabilidade econômica do modelo proposto e afirmou que a própria lógica financeira apresentada indicaria baixa atratividade para pequenos empreendedores locais. Também defendeu que eventuais recursos arrecadados deveriam ser geridos de maneira participativa pelos conselhos gestores dos parques.

A moradora Flora relatou sua longa trajetória no bairro e criticou a justificativa apresentada sobre suposta demanda por restaurantes em outros parques, afirmando ter participado recentemente de manifestações contrárias à implantação de restaurantes no Parque da Aclimação. Questionou ainda os valores previstos para outorga dos quiosques e afirmou não existir demanda real por estruturas gastronômicas dentro do Parque Previdência.

O representante Ernesto Maeda do Conselho Participativo Municipal afirmou que a proposta possui caráter privatizante e declarou que a sociedade civil continuará mobilizada contra o projeto. Defendeu que a Secretaria do Verde revogue a proposta atual e abra um verdadeiro processo de diálogo com conselhos gestores e moradores.

O morador Milton manifestou preocupação com o acúmulo de ameaças urbanísticas na região, citando simultaneamente o projeto da Nova Raposo, empreendimentos imobiliários previstos no entorno do parque e a proposta dos polos gastronômicos. Declarou que parques públicos não combinam com iniciativas privadas dessa natureza e afirmou que os moradores não aceitarão a descaracterização do espaço.

A conselheira Amana afirmou que qualquer discussão sobre oferta gastronômica deveria considerar o perfil real dos usuários do parque e não apenas critérios econômicos relacionados ao maior valor de outorga. Declarou preocupação com a possibilidade de implantação de estabelecimentos incompatíveis com o perfil do espaço e dos frequentadores.



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE**

A frequentadora da CECCO e do parque, Catarina declarou frequentar diversos parques da cidade desde a infância e afirmou nunca ter conhecido frequentadores que desejassem restaurantes ou estruturas comerciais em parques públicos. Relatou preocupação com exemplos de descaracterização de outros parques municipais e questionou quem efetivamente estaria sendo consultado pela Prefeitura, já que frequentadores históricos afirmam jamais terem participado de qualquer pesquisa.

O representante da Associação Bairro Rolinópolis, Sr. Juarez, manifestou preocupação com a ausência de diálogo e participação popular no processo relacionado à proposta dos polos gastronômicos. Destacou considerar preocupante que uma proposta dessa magnitude envolvendo os parques Previdência e Luiz Carlos Prestes tenha avançado sem que moradores, conselheiros e frequentadores fossem devidamente informados ou consultados previamente.

Durante sua fala, Juarez afirmou que a população deverá se mobilizar e realizar manifestações contrárias ao projeto, ressaltando que os moradores da região vêm acompanhando diversas ameaças urbanísticas simultaneamente. Citou como exemplo o projeto da Nova Raposo, os empreendimentos imobiliários previstos no entorno do parque, incluindo a construção de duas torres de apartamentos na Avenida Eliseu de Almeida e agora a proposta dos polos gastronômicos, declarando que os bairros estão "cercados" por projetos que impactam diretamente a qualidade de vida da população e a preservação ambiental da região.

Juarez também destacou que tanto o Parque Previdência quanto o Parque Luiz Carlos Prestes estão inseridos no interior de bairros predominantemente residenciais, possuindo perfil comunitário, ambiental e familiar, incompatível com a implantação de estruturas comerciais dessa natureza. Manifestou expectativa de que a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente reavalie a proposta após ouvir as manifestações da população e afirmou acreditar que a Secretaria deverá reconsiderar o projeto diante da forte mobilização comunitária apresentada durante a reunião.

O morador Tomás, que faz parte da AMAPAR, realizou crítica ao modelo atual de gestão urbana e ambiental da cidade, afirmando que servidores públicos estariam sendo obrigados a defender projetos com os quais muitas vezes não concordam. Criticou a ausência de participação popular efetiva no processo e declarou que o projeto apresenta problemas de origem insanáveis em razão da forma como foi conduzido. Também afirmou que o modelo proposto representa, na prática, uma forma indireta de privatização da gestão dos parques.

A conselheira Délia destacou que toda a lógica do projeto estaria centrada em arrecadação financeira, afirmando que os critérios econômicos de outorga priorizam exclusivamente maior oferta financeira e não necessidades ambientais ou sociais dos parques. Questionou ainda a possibilidade de superfaturamento de obras e manutenções realizadas por permissionários privados. Délia perguntou se todos e mostravam contra este projeto e todos disseram ser contra!!

A conselheira Sirlene, moradora antiga da região, manifestou preocupação com a lógica econômica presente na proposta apresentada, afirmando que, em sua percepção, as decisões da gestão pública têm sido conduzidas prioritariamente por interesses financeiros. Destacou que o principal critério previsto para escolha dos chamados pequenos empreendedores seria a maior oferta financeira apresentada, o que, segundo ela, demonstra que a arrecadação acaba sendo priorizada em detrimento das necessidades ambientais, sociais e comunitárias dos parques. Ressaltou ainda que, em sua visão, não existe preocupação efetiva com a



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE**

preservação ambiental e com o verde, mas sim com a geração de receita por meio da utilização comercial dos espaços públicos.

A representante da área da saúde, Emilia, vinculada à Secretaria Municipal da Saúde e ao serviço de convivência do parque - CECCO, destacou a importância do Parque Previdência como espaço terapêutico, ambiental e de convivência para pessoas com sofrimento psíquico, deficiência e demandas de saúde mental, ressaltando a relevância social do espaço para atividades comunitárias e de cuidado em saúde. O parque tem outras prioridades pra pensarmos como acessibilidade e outras demandas mais importantes.

O conselheiro Jacinto fez uma manifestação emocionada, resgatando o histórico de luta dos conselhos gestores e da comunidade na defesa do Parque Previdência e do meio ambiente da região. Destacou que o papel do Conselho não é apenas o de realizar ativismo, mas também o de exercer participação cidadã responsável, encaminhando demandas, sugestões e ofícios ao poder público em busca de soluções concretas para o parque e para o bairro. Relatou, porém, a frustração recorrente diante da ausência de respostas e retornos por parte da administração pública, mencionando especificamente um ofício encaminhado ao Secretário Municipal questionando os impactos ambientais relacionados aos córregos subterrâneos existentes na área onde se pretende construir torres de apartamentos na Avenida Eliseu de Almeida, documento que, segundo ele, jamais recebeu qualquer resposta oficial.

Em sua fala, Jacinto afirmou não ter filhos, mas declarou que sente profunda responsabilidade em deixar um mundo melhor para as próximas gerações. Disse que tudo o que ainda existe hoje em termos de árvores, natureza e áreas verdes já é muito pouco diante da riqueza ambiental que foi herdada de pais e avós, ressaltando que a sociedade enfrenta uma luta cada vez maior contra o avanço desenfreado da especulação imobiliária, das grandes construções, rodovias, pedágios e projetos que colocam os interesses econômicos acima da preservação da vida. Declarou que "o dinheiro não pode falar mais alto que a vida".

Jacinto também lembrou com emoção a trajetória do Sr. Júlio César, um dos fundadores e defensores históricos do Parque Previdência, destacando sua capacidade de dialogar diretamente com prefeitos e autoridades em defesa do parque. Ressaltou que acredita na política construída através da conversa, do diálogo, dos relacionamentos humanos e da mobilização comunitária, afirmando que é dessa forma que as pessoas conseguem crescer como cidadãos e se tornar exemplo para outras gerações.

Em um dos momentos mais emocionantes de sua fala, Jacinto relatou que, na noite anterior à reunião, ao chegar em sua residência, encontrou um casal de tucanos dentro de sua cozinha. Disse que, ao olhar para os animais, sentiu ainda mais a responsabilidade de lutar por eles e por toda a fauna que depende das áreas verdes da cidade para sobreviver. Afirmou que é preciso "falar pelos animais que estão perdendo seus habitats" diante do avanço urbano e da destruição ambiental.

O conselheiro também mencionou a recente descoberta, dentro do Parque Previdência, de um anfíbio conhecido popularmente como Cecília, espécie considerada desaparecida no município de São Paulo há aproximadamente sessenta anos, descoberta realizada por uma bióloga da Universidade de São Paulo. Ressaltou que esse fato demonstra a enorme importância ecológica e científica do parque, reforçando a necessidade de preservação ambiental e investimento em educação ambiental para crianças e futuras gerações, para que aprendam desde cedo o verdadeiro valor da natureza e da vida.



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE**

A moradora Aline solicitou que fosse ressaltada a importante função de educação ambiental exercida pelo Parque Previdência. Relatou que, no próprio dia da reunião, observou um grupo de crianças de uma escola realizando atividades no parque e aprendendo sobre Mata Atlântica, fauna silvestre e preservação ambiental, destacando que esse tipo de experiência aproxima as novas gerações da natureza e fortalece a consciência ambiental desde a infância.

Aline afirmou ainda que a cidade vive atualmente um processo de apagamento de memórias, histórias e referências ambientais, tornando ainda mais necessário preservar espaços como o Parque Previdência para garantir continuidade histórica, cultural e ambiental às futuras gerações. Ressaltou que o parque recebe constantemente visitas de escolas e grupos de estudantes, funcionando como importante espaço de aprendizado, convivência e sensibilização ambiental, sendo este mais um aspecto fundamental que deve ser considerado em qualquer discussão sobre intervenções no local.

A moradora Flora manifestou profunda preocupação com os impactos sensoriais e ambientais que a implantação de estruturas gastronômicas poderia causar no Parque Previdência. Declarou considerar extremamente cruel que o cheiro da natureza, da mata e do ambiente preservado passe a competir constantemente com odores de fritura, preparo de alimentos e resíduos gerados por atividades comerciais. Ressaltou que o parque possui justamente como característica principal a tranquilidade, o ar puro e a experiência de contato com a natureza, elementos que, segundo ela, seriam comprometidos pela presença permanente de cheiros de comida, aumento de lixo e movimentação intensa de consumo dentro do espaço.

O frequentador Christian questionou como uma prefeitura da cidade mais rica do país considera necessário transferir espaços públicos para a iniciativa privada por meio de concessões. Em resposta, a representante da SVMMA, Juliana, explicou que os processos de concessão atravessam diferentes gestões municipais, citando como exemplo o Parque Ibirapuera, cujo processo teve início em 2014 e foi concluído posteriormente em outra administração. Segundo ela, naquele momento a Prefeitura entendia que os parques geravam altos custos de manutenção e que os recursos arrecadados por meio das concessões poderiam ser direcionados para áreas como saúde e educação.

Juliana voltou a afirmar que, na atual gestão, não existe previsão de novas concessões de parques e que a proposta dos pontos de alimentação teria como objetivo oferecer mais um atrativo aos frequentadores, além de gerar retorno financeiro diretamente para os próprios parques. Explicou que grande parte do orçamento da Secretaria é consumida por serviços de vigilância e manutenção, e relatou que muitos parques passaram cerca de quinze anos sem contratos adequados de manutenção, o que gerou necessidade de recuperação estrutural em diversas áreas. Informou ainda que os contratos atuais de manutenção existem há aproximadamente três ou quatro anos e que as equipes seguem trabalhando para recuperar os prejuízos acumulados ao longo desse período. Também destacou que os processos de manutenção dependem simultaneamente da compra de materiais e da execução dos serviços, o que torna os procedimentos mais lentos e burocráticos.

Sobre a questão da acessibilidade, Juliana afirmou que a adaptação de parques mais antigos apresenta dificuldades técnicas e estruturais, embora reconheça a importância do tema e a necessidade de melhorias nesse aspecto.

Jacinto destacou que já foram desenvolvidos projetos de acessibilidade para o Parque Previdência em parceria com alunos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), demonstrando que existem alternativas viáveis de melhoria para o parque sem necessidade de concessões ou exploração comercial do espaço. Ressaltou que a Secretaria pode buscar



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE**

novas parcerias com universidades, instituições e projetos acadêmicos, aproveitando conhecimentos técnicos e iniciativas voltadas ao interesse público.

Também mencionou que estudantes colaboraram anteriormente com a parte de comunicação e identidade visual do parque, reforçando que há diversas possibilidades de cooperação comunitária e institucional sem custos elevados para o poder público. Acrescentou ainda que empresários e apoiadores da causa ambiental podem contribuir e abraçar projetos de preservação, acessibilidade e melhorias estruturais do parque de forma colaborativa, sem descaracterizar o espaço ou transformar o parque em ambiente comercial.

Juarez disse uma fala final lembrando uma reunião ocorrida com o ex-secretário da Secretaria do Verde e Meio Ambiente Ravena, na qual, por meio das informações do Geosampa, foram identificados córregos e nascentes existentes na região do Parque Previdência. Explicou que, em razão da relevância ambiental dessas áreas, o local passou a ser enquadrado como ZEPAM (Zona Especial de Proteção Ambiental), justamente com o objetivo de garantir maior preservação ambiental e proteção dos recursos naturais existentes.

Entretanto, destacou sua preocupação ao afirmar que, apesar desse reconhecimento ambiental, continuam ocorrendo processos de degradação e pressão urbanística no entorno do parque, mencionando especificamente os projetos de construção de prédios muito próximos à área protegida. Segundo ele, essa situação demonstra uma contradição entre o discurso de preservação ambiental e as intervenções urbanas atualmente em andamento na região.

Aproveitando sua fala, Juarez também cobrou providências da Prefeitura em relação ao alambrado localizado na parte inferior do terreno do Parque Previdência, relatando que a área vem sendo completamente ocupada e descaracterizada, apesar de se tratar oficialmente de território pertencente ao parque. Ressaltou a necessidade de fiscalização, proteção e recuperação efetiva dessa área pública ambiental.

O conselheiro Claude, para finalizar, disse que quando pensa vir num parque não pensa em vir num restaurante e churrascaria. Que esses polos gastronômicos só vão trazer esse público de shopping que não tá nem aí com o meio ambiente dos parques. Que o público do parque, é um público que vem atrás de um lazer econômico, barato. E finalizou dizendo que a Juliana concorda com esses polos gastronômicos, e pediu pra levar à secretária tudo que ouviu nessa reunião e considerem cancelar esse projeto.

O conselheiro Claude afirmou que as pessoas frequentam parques em busca de natureza, tranquilidade e lazer gratuito, e não de restaurantes ou churrascarias. Disse que os polos gastronômicos podem atrair um público mais voltado ao consumo, sem preocupação com a preservação ambiental do parque. Ressaltou que o público do Parque Previdência é formado principalmente por famílias e frequentadores que procuram um lazer acessível e comunitário. Finalizou pedindo para que a representante da SVMA leve à Secretaria todas as manifestações feitas na reunião e considere cancelar o projeto diante da posição contrária apresentada pelos moradores e conselheiros.

Ao final da reunião, a conselheira Fabiola informou que os membros do Conselho Gestor elaboraram um Manifesto solicitando o arquivamento do projeto dos polos gastronômicos, sendo uma cópia do documento, assinada pelos conselheiros, entregue à representante da SVMA, Juliana. Na ocasião, também foi reiterado pelos presentes que o Conselho Gestor, moradores e frequentadores do Parque Previdência se posiciona de forma contrária à implantação de polos gastronômicos, restaurantes, concessões ou quaisquer estruturas



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE**


comerciais no interior do parque, solicitando que esse posicionamento conste formalmente em ata.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12h45, ficando registrados os posicionamentos apresentados pelos conselheiros, moradores, frequentadores e representantes da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente.

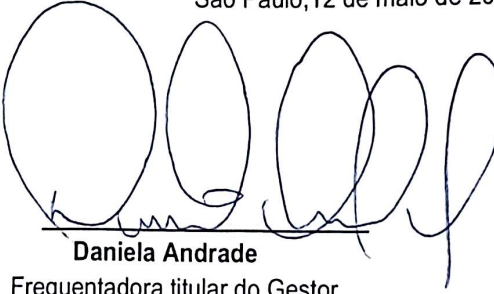
São Paulo, 12 de maio de 2026.

Conferência:

-



Thais Cardoso de Oliveira Carvalho
Gestora do Parque Previdência
Coordenadora do Conselho Gestor



Daniela Andrade
Frequentadora titular do Gestor
Secretária do Conselho Gestor

